

Sumário

Capítulo I ▶ HISTÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	23
1.1. Origem histórica	23
1.2. Origem do Ministério Público brasileiro	26
1.3. O Ministério Público nas constituições brasileiras	28
1.4. Surgimento do Ministério Público na defesa da democracia – a Constituição Cidadã	31
Capítulo II ▶ MINISTÉRIO PÚBLICO NA CF/88	35
2.1. Disposições Gerais sobre o Ministério Público na CF/88	35
2.1.1. Conceito do Ministério Público	35
2.1.2. Atribuições do Ministério Público	36
2.2. Princípios Institucionais	39
2.2.1. Princípio da unidade	40
2.2.2. Princípio da indivisibilidade	40
2.2.3. Princípio da independência funcional	41
2.2.4. Princípio do promotor natural	47
2.3. Da autonomia administrativa e financeira	53
2.3.1. Autonomia funcional	53
2.3.2. Autonomia administrativa e financeira	54
2.4. Os Ministérios Públicos na CF/88	62
2.4.1. Procurador-Geral da República e Procuradores-Gerais dos Estados	65
2.5. As garantias constitucionais	71
2.5.1. Da vitaliciedade	72
2.5.2. Da inamovibilidade	75
2.5.3. Da irredutibilidade de subsídios	76
2.5.4. Foro por prerrogativa de função	78
2.5.5. Critério de competência na qualidade de membro do Ministério Público	83
2.6. Das vedações constitucionais	84
2.6.1. Exercício da advocacia	86
2.6.2. Participação em sociedade empresarial	87
2.6.3. Atividade político-partidária	88

2.6.4.	Exercício de outras funções.....	93
2.7.	Das funções Institucionais e instrumento de atuação.....	96
2.7.1.	Promoção privativa da ação penal pública	96
2.7.2.	Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes e dos serviços de relevância pública.....	97
2.7.3.	Do inquérito civil e da ação civil pública	99
2.7.3.1	Autocomposição	122
2.7.3.2	Ministério Público e o <i>design</i> de sistema de disputas (DSD).....	124
2.7.3.3	Acordo na ação de improbidade administrativa	125
2.7.4.	Da ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados	125
2.7.5.	Da defesa indígena	126
2.7.6.	Das notificações e requisições	128
2.7.7.	Do controle externo da atividade policial	139
2.7.8.	Da requisição de diligências e do poder de investigatório do MP	140
2.7.8.1	Acordo de não persecução penal.....	149
2.7.9.	Da fundamentação das manifestações ministeriais.....	150
2.7.10.	Outras funções	151
2.7.10.1	Atestado de Miserabilidade.....	152
2.7.10.2	Legitimidade para ação civil <i>ex delicto</i>	152
2.7.11.	O alinhamento constitucional do Ministério Público no Novo Código de Processo Civil.....	153
2.7.11.1	Hipóteses de intervenção do Ministério Público no Processo Civil.....	158
2.7.11.1.1	Intervenção nas ações conexas.....	161
2.7.11.1.2	Intervenção nos Conflitos de Competência.....	161
2.7.11.1.3	Intervenção no Registro Público	161
2.7.11.1.4	Intervenção nas Ações de Anulação de Negócio Jurídico.....	163
2.7.11.1.5	Intervenção em Ação Popular.....	163
2.7.11.1.6	Intervenção em Ação de Usucapião	163
2.7.11.1.7	Intervenção nos Mandados de Segurança	164
2.7.11.1.8	Intervenção em Ações Rescisória	165
2.7.11.1.9	Intervenção em Ações de Família	165
2.7.11.1.10	Intervenção nos processos de Jurisdicional Voluntária	166

2.7.11.1.11	Intervenção no Processo Falimentar	167
2.7.11.1.12	Intervenção nos Processos para Avaliação de Rendas e Prejuízos Decorrentes Autorização para pesquisa Mineral.....	167
2.7.11.1.13	Intervenção nas Ações decorrentes de acidente do trabalho	168
2.7.11.1.14	Intervenção em processos que envolve a Fazenda Pública.....	168
2.7.11.1.15	Intervenção em processos Ações de Desapropriação de Imóvel Rural para Reforma Agrária	169
2.7.11.1.16	Intervenção do Ministério Público no incidente de assunção de competência e na reclamação.....	169
2.7.11.1.17	Incidente de Resolução de demanda repetitiva	171
2.7.11.1.18	Intervenção do Ministério Público em ações do CADE.....	171
2.7.11.1.19	Intervenção no incidente de desconside- ração da personalidade jurídica	171
2.7.12	Ministério Público: Ombudsman e o atendimento ao público....	172
2.7.13	Poder de Agenda do Ministério Público.....	175
2.7.14	As convenções processuais e o Ministério Público.....	177
2.7.15	O Ministério Público e a fiscalização do terceiro setor	179
2.7.16	Audiência de custódia no Ministério Público	179
2.8.	Da residência na Comarca e o promotor de justiça <i>ad hoc</i>	181
2.9.	Do ingresso na carreira.....	183
2.10.	Ministério Público Demandista versus Ministério Público Resolutivo...	187
2.11.	Responsabilidade dos membros do Ministério Público	188
2.12.	O Quinto Constitucional	191
2.13.	O Ministério Público no Tribunal de Contas.....	194
2.13.1.	Da previsão constitucional.....	194
2.13.2	Disposições do Ministério Público no Tribunal de Contas na Lei nº 8.443/92	195
2.13.3.	Competência dos membros do Ministério Público de Contas....	196
2.14.	O Ministério Público nos tratados internacionais.....	197
2.14.1	O Ministério Público e o Estatuto de Roma	198
Capítulo III ► DISPOSIÇÕES GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO		203
3.1.	Das disposições gerais.....	203

3.1.1.	Da definição, dos princípios e das funções institucionais.....	203
3.1.2.	Dos Instrumentos de Atuação.....	204
3.1.2.1.	Ações constitucionais: ADIN, ADIN por omissão, ADPF e Representação por Intervenção	204
3.1.2.2.	Mandado de injunção	206
3.1.2.3.	Ação visando cancelamento de naturalização	209
3.1.2.4.	Recomendações.....	210
3.1.2.5.	Outras funções.....	213
3.1.3.	Do controle externo da atividade policial	216
3.1.4.	Da defesa dos direitos constitucionais	222
3.1.5.	Das garantias e das prerrogativas	223
3.1.6.	Da autonomia do Ministério Público	228
3.1.7.	Da estrutura	229
3.1.8.	Do Procurador-Geral da República	229
3.1.9.	Do conselho de assessoramento Superior do Ministério Público da União.....	231
3.1.10.	Das carreiras.....	232
3.1.11.	Dos serviços auxiliares	233
3.2.	Das disposições estatutárias especiais	233
3.2.1.	Da carreira	233
3.2.1.1.	Do provimento.....	234
3.2.1.2.	Do concurso	234
3.2.1.3.	Da posse e do exercício.....	235
3.2.1.4.	Do Estágio Probatório.....	236
3.2.1.5.	Das promoções.....	237
3.2.1.6.	Dos afastamentos	239
3.2.1.7.	Da reintegração	241
3.2.2.	Dos direitos.....	241
3.2.2.1.	Da vitaliciedade e da inamovibilidade.....	241
3.2.2.2.	Das designações.....	243
3.2.2.3.	Das Férias e Licenças.....	243
3.2.2.4.	Dos subsídios.....	247
3.2.2.5.	Da aposentadoria e da pensão	251
3.2.3.	Da disciplina.....	252
3.2.3.1.	Dos deveres e vedações.....	252
3.2.3.2.	Dos impedimentos e suspeições	253
3.2.3.3.	Das sanções.....	257
3.2.3.4.	Das prescrições	259

3.2.3.5.	Da sindicância.....	260
3.2.3.6.	Do inquérito administrativo	261
3.2.3.7.	Do processo administrativo	263
3.2.3.8.	Da revisão do processo administrativo.....	267
3.2.3.9.	Da comunicação de instâncias	267
Capítulo IV ▶	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	269
4.1.	Do Ministério Público Federal	269
4.1.1.	Competência, dos Órgãos e da carreira	269
4.1.2.	Da chefia do Ministério Público Federal.....	273
4.1.3.	Do Colégio de Procuradores da República.....	274
4.1.4.	Do Conselho Superior do Ministério Público Federal	275
4.1.5.	Das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal	276
4.1.6.	Da Corregedoria do Ministério Público Federal.....	277
4.1.7.	Dos Subprocuradores-Gerais da República	277
4.1.8.	Dos Procuradores Regionais da República.....	278
4.1.9.	Dos Procuradores da República	278
4.1.10.	Das unidades de lotação e de administração	279
Capítulo V ▶	DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	281
5.1.	Ministério Público Eleitoral	281
5.2.	Das Funções Eleitorais do Ministério Público Eleitoral.....	282
5.3.	Resolução nº 30 do CNMP – Designação de Promotores de Justiças Estaduais	286
5.4.	Identificação das atribuições dos Promotores Eleitorais.....	287
5.5.	O Ministério Público Eleitoral e os crimes previstos no Código Eleitoral	288
5.6.	Competência para julgamento de crime eleitoral contra Promotor de Justiça	290
5.7.	Intimação do Promotor de Justiça nos feitos eleitorais.....	290
Capítulo VI ▶	DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL.....	293
6.1.	Ministério Público dos Estados	293
6.1.1.	Das disposições gerais	293
6.1.2.	Da Organização do Ministério Público	295
6.1.2.1.	Dos Órgãos de Administração	295
6.1.2.2.	Dos Órgãos de Execução	296
6.1.2.3.	Dos Órgãos Auxiliares	297
6.1.3.	Dos Órgãos de Administração.....	297

6.1.3.1.	Da Procuradoria-Geral de Justiça	297
6.1.3.1.1.	Conflito de Atribuições	300
6.1.3.2.	Do Colégio de Procuradores de Justiça	303
6.1.3.3.	Do Conselho Superior do Ministério Público	305
6.1.3.4.	Da Corregedoria-Geral do Ministério Público	308
6.1.3.4.1	Da Fiscalização do Procurador-Geral de Justiça pelo Corregedor-Geral.....	311
6.1.3.5.	Das Procuradorias de Justiça	311
6.1.3.6.	Das Promotorias de Justiça	313
6.1.4.	Das Funções dos Órgãos de Execução.....	313
6.1.4.1.	Das Funções Gerais.....	313
6.1.4.1.1	Audiências Públicas	319
6.1.4.2.	Do Procurador-Geral de Justiça.....	321
6.1.4.3.	Do Conselho Superior do Ministério Público	327
6.1.4.4.	Dos Procuradores de Justiça	330
6.1.4.5.	Dos Promotores de Justiça	331
6.1.5.	Dos Órgãos Auxiliares.....	332
6.1.5.1.	Dos Centros de Apoio Operacional	332
6.1.5.2.	Da Comissão de Concurso.....	333
6.1.5.3.	Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	333
6.1.5.4.	Dos Órgãos de Apoio Administrativo	333
6.1.5.5.	Dos Estagiários	334
6.1.6.	Das Garantias e Prerrogativas dos Membros do Ministério Público.....	334
6.1.7.	Dos Deveres e Vedações dos Membros do Ministério Público ...	348
6.1.8.	Dos Subsídios e Direitos	349
6.1.9.	Da Carreira.....	353
6.1.9.1.	Do concurso público	353
6.1.9.2.	Do regime de remoção e promoção.....	355
6.1.9.3.	Da convocação, reintegração, reversão e do aprovei- tamento	356
6.2.	Ministério Público do Distrito Federal	357
6.2.1.	Da Competência, dos Órgãos e da Carreira.....	357
6.2.2.	Do Procurador-Geral de Justiça	358
6.2.3.	Do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça.....	359
6.2.4.	Do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	359
6.2.5.	Das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	360

6.2.6. Da Corregedoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	361
6.2.7. Dos Procuradores de Justiça.....	361
6.2.8. Dos Promotores de Justiça.....	362
6.2.9. Dos Promotores de Justiça Adjuntos	362
6.2.10. Das Unidades de Lotação e de Administração.....	362
Capítulo VII ▶ DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	363
7.1. Da Previsão Constitucional.....	363
7.1.1. Natureza	363
7.1.2. Composição.....	364
7.1.3. Competência	369
Referências.....	375